

**OBSERVATÓRIO SOBRE
PESTES, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES EM SAÚDE
- ARMAGEDOM -**



Brasília, maio de 2024



NETHIS
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE
BIOÉTICA E DIPLOMACIA EM SAÚDE



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

Doenças infecciosas predominam em países onde as populações se encontram em condições de vulnerabilidade econômica, social e sanitária, conjunto de fatores que desempenham papel de destaque na seleção entre os que devem morrer ou sobreviver. Cerca de um bilhão e meio de pessoas são acometidas por essas doenças no mundo e até um terço delas morrem a cada ano. Essa condenação pode ser evitada usando a capacidade humana, ou seja, o aprendizado já acumulado de conhecimentos e técnicas para enfrentar essas doenças.

Um dos itens fundamentais desse aprendizado é o reconhecimento de que as medidas para o enfrentamento das doenças infecciosas devem ser compartilhadas entre todos pois, do contrário, tais medidas tornam-se ineficazes ou até inúteis para debelar ou controlar esses processos mórbidos. Tal postulado consta no *caput* da Constituição da Organização Mundial da Saúde¹, aprovada há mais de sete décadas: *“Os resultados conseguidos por cada Estado na promoção e proteção da saúde são de valor para todos [...]. O desigual desenvolvimento em diferentes países no que respeita à promoção de saúde e combate às doenças, especialmente contagiosas, constitui um perigo comum.”*

O descaso ante esse compromisso configura o escandaloso e desumano paradoxo do avanço do desenvolvimento do saber e das técnicas *vis-à-vis* o crescimento das desigualdades de acesso ou usufruto desses bens e recursos. Tal situação resulta da negligência com fatores que, nas entranhas desse modelo de desenvolvimento, propiciam o surgimento e o agravamento de doenças que se expressam dramáticas na forma de aflições e mortes que afetam todos e não somente aqueles acometidos diretamente pelas doenças.

O Observatório sobre Pestes Infecciosas, Desenvolvimento e Desigualdades em Saúde² – Armagedom – visa promover estudos e debates sobre o modelo de desenvolvimento em curso que, a despeito do admirável avanço do conhecimento e da riqueza nos últimos tempos, engendra o surgimento de fatores que, progressivamente, fortalecem a eclosão de pestes. Ao causar sofrimentos e ampliar a ocorrência de doenças e mortes, poder-se-ia dizer que essa dessintonia é uma espécie de peste da modernidade que amplifica todas as demais.³

Tais questões aguçam preocupações em torno de possibilidades que apontam em sentidos

¹ [Constituição da Organização Mundial da Saúde](#). Acesso em: 18 de abril de 2024.

² Atividade interinstitucional sediada no Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde da Fiocruz Brasília ([Nethis](#)), desenvolvida com apoio do Núcleo de [Medicina Tropical](#) da Universidade de Brasília e do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde da Fiocruz Bahia ([CIDACS](#)).

³ Versão ampliada dessa argumentação consta em artigo publicado na [Revista Ciência & Saúde Coletiva](#).

opostos: construir solidariamente o futuro, com base no progresso da riqueza e do bem-estar alicerçados no avanço das ciências e de seus usos sociais; ou, contrariamente, suportar o pesadelo das desigualdades resultantes da distribuição injusta dos benefícios do progresso em todas as partes do mundo. São escolhas a serem adotadas hoje, de modo que as pestes de amanhã não sejam amplificadas ou mesmo decorrentes da tal peste da modernidade.

Muitos estudos apontam riscos de surgimento de novas ou a recrudescência de velhas pestes de forma associada ao acelerado processo de intervenção sobre ecossistemas onde vivem e evoluem seres que, ao interagirem com populações humanas, podem desencadear processos pandêmicos. São estudos que, de um lado, revelam preocupações sobre um futuro requintado de pestilências terríveis e inescapáveis, mas, por outro lado, representam aprendizados valiosos para reorientar políticas públicas a serem adotadas mundialmente.

A questão é como sensibilizar, influenciar ou condicionar decisões na direção dessas reorientações de interesse dos povos de todas as nações, quando tais decisões, capitaneadas pelos países mais poderosos, são tomadas de acordo com interesses de conglomerados empresariais e financeiros que atuam no campo da saúde.

A disponibilidade de bens e serviços necessários à preservação da saúde e ao enfrentamento das doenças depende da ação do poder público e de instituições privadas. Trata-se de um campo de disputas onde os direitos à saúde se tornam, frequentemente, reféns de decisões e ações dos diversos ramos dos negócios privados envolvidos, direta ou indiretamente, na produção e oferta desses bens e serviços. Nessa arena projetam-se interesses que devem ser mutuamente ajustados, além de outros que são inconciliáveis em razão de fatores econômicos, de crenças e valores, de opções e formas de militância política.

Esses argumentos demonstram a importância dos obstáculos à formulação, execução e avaliação das políticas públicas no campo da saúde, tanto nos contextos de cada país quanto no âmbito das relações internacionais. Nos contextos nacionais, observa-se a diversidade institucional do poder público que condiciona decisões e iniciativas governamentais. No âmbito das relações internacionais, tais encaminhamentos dependem da legitimidade dos detentores de mandato que espelhem os interesses das sociedades nacionais ou lhes sejam contraditórios. Em ambos os casos, são processos influenciados por interesses privados advindos tanto dos próprios países como de poderosos conglomerados

transnacionais.

Ademais, merecem atenção dois aspectos: de um lado, a constatação de que as populações vitimadas geralmente não influenciam decisões e medidas adotadas pelo poder público; de outro lado, que tais providências são frequentemente retardatárias e insuficientes ou, pior ainda, executadas de forma negligente, tanto em relação às medidas preventivas de natureza coletiva quanto àquelas capazes de minorar o sofrimento das pessoas acometidas. Tais aspectos se tornam ainda escandalosos ao cotejar tempos passados, quando nada ou quase nada se sabia sobre as causas das pestes infecciosas, e a era atual, quando é possível identificar causas biológicas e fatores desencadeantes, indicar medidas capazes de reduzir os impactos e, ainda, provisionar meios para ampliar o controle dessas doenças.

A vida é uma experiência perigosa, pois o futuro é incerto por natureza. Contudo, o presente não pode se deixar dominar pelo desespero ante o passado que o projetou; ao revés, deve tomar-se de ânimo e persistir no enfrentamento das incertezas irrecorríveis inerentes ao futuro.

À guisa de conclusão, se apresentam as seguintes questões como agenda programática do Observatório Armagedom:

- Como lidar com os interesses das grandes corporações empresariais e financeiras que detêm poder sobre os processos inerentes ao desenvolvimento globalizado, que engendra fatores-chave no surgimento de novas e perpetuação de velhas pestes?
- Como promover o interesse coletivo na formulação e execução de políticas de saúde, dada a diversidade dos múltiplos segmentos sociais, suas tradições e costumes?
- Como interagir com as mídias modernas para impulsionar as transformações a favor da sociedade em tempos de pestes?
- Como equacionar esses conflitos, tanto nos diferentes contextos nacionais como em escala mundial?